

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.679 - DF (2016/0202370-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : GEORGE DE FREITAS MARQUES
ADVOGADO : ELTON CALIXTO - DF008427
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por GEORGE DE FREITAS MARQUES, em 09/02/2017, a decisão de minha lavra, publicada em 07/02/2017, que, em sede de Agravo interno, reconsiderou a decisão de fls. 539/542e, para negar provimento ao Recurso Especial da União, mantendo o acórdão recorrido, pelos seguintes fundamentos:

"(...) Assiste razão à parte agravante.

Passo, novamente, ao exame do Recurso Especial.

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, em 23/01/2015, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

'PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA Nº. 85 DO STJ. TUTELA INDEFERIDA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. APELAÇÃO. PARCIALMENTE PROVIDA.

1. A prescrição não atinge o fundo de direito. Por se tratar de prestação de trato sucessivo, estariam prescritas somente as parcelas anteriores a cinco anos da propositura da ação. Senão, confira-se a Súmula nº 85 do STJ.

2. Subsistindo o próprio direito de fundo, a inércia do titular macula com a prescrição somente as prestações anteriores ao quinquênio que precede à propositura da ação.

3. O pedido de tutela deve ser indeferido. Não restou comprovado no bojo dos autos originários que a invalidez do autor é preexistente à data do óbito do instituidor da pensão, tanto é que o pedido do apelante foi indeferido na esfera administrativa, fato que enfraquece a verossimilhança das alegações sustentada em suas razões recursais.

4. Apelação parcialmente provida, para afastar a prescrição do fundo de direito, bem assim anular a sentença e determinar ao

Superior Tribunal de Justiça

juízo que proceda a regular instrução do feito' (fl. 374e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

'EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. RELAÇÃO, JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA Nº 85 DO STJ. TUTELA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. A teor do artigo 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se ao esclarecimento de eventual obscuridade, contradição ou omissão.

2. Quanto ao pedido de tutela antecipada, oportuno registrar não ficou comprovado no bojo dos autos que a invalidez do autor é preexistente à data do óbito do instituidor da pensão, tanto é que o pedido do apelante foi indeferido na esfera administrativa, fato que enfraquece a verossimilhança das alegações sustentada em suas razões recursais.

3. Houve menção expressa aos dispositivos necessários para o deslinde da controvérsia, no sentido de que a prescrição não atinge o fundo de direito. Por se tratar de prestação de trato sucessivo, estariam prescritas somente as parcelas anteriores a cinco anos da propositura da ação. Senão, confira-se a Súmula nº 85 do STJ.

4. Tutela indeferida. Embargos de declaração rejeitados' (fl. 436e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fundamento na alínea **a** do permissivo constitucional, aponta ofensa ao art. 1º do Decreto 20.910/32. Alega a parte recorrente que:

'- Violação ao art. 1º do Decreto n. 20.910/32 Assim versa o dispositivo indicado:

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, a prescrição das ações em face da Fazenda Pública é quinquenal, contado esse prazo "da data do ato ou fato do qual se originarem".

Já se encontra pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento segundo o qual, nos atos únicos, de efeitos concretos permanentes, que se exaurem no instante em que se realizam, a prescrição alcança o próprio fundo de direito.

No caso dos autos, a suposta violação ao direito subjetivo da parte demandante ocorreu em 18/12/1999, quando a Administração deliberou e atuou no sentido de não mais pagar a pensão, ali nascendo a pretensão resistida, servindo esta data de termo *a quo* do prazo prescricional, consoante orienta o princípio da *actio nata*.

Tendo a presente ação sido ajuizada tão somente em 02/10/2009, inequívoca a ocorrência da prescrição, porquanto a demanda foi proposta fora do prazo de cinco anos previsto pelo Decreto n. 20.910/32.

Calha ressaltar que o STJ tem jurisprudência firmada na linha de que a prescrição atinge o próprio fundo de direito quando escoados mais de 5 anos entre a morte do instituidor (servidor público) e o ajuizamento da ação na qual se pretende obter a pensão por morte:

(...)

Tal entendimento, *mutatis mutandis*, é plenamente aplicável ao caso em tela.

A bem da verdade, se no caso do falecimento do instituidor da pensão a prescrição atinge o próprio fundo de direito, com ainda mais razão isso deve ocorrer quando a administração suspende, clara e decididamente, o pagamento da pensão.

Isso porque, aqui, há uma conduta positiva e inequívoca (ato único, de efeitos concretos permanentes) da Administração, que se recusa a (...) prosseguir pagando o benefício.

Desse modo, deve o acórdão recorrido ser reformado, reconhecendo-se a prescrição do fundo de direito.

(...)' (fls. 440/446e).

Requer, ao final, 'o conhecimento e o processamento deste recurso, porque cumpridos todos os requisitos legais de admissibilidade, dando-lhe provimento para o fim de reformar o acórdão retro na forma da fundamentação supra' (fl. 446e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 451/460e).

Superior Tribunal de Justiça

O presente recurso não merece prosperar.

Quanto ao cerne da controvérsia, eis os termos do acórdão recorrido:

'1.Trata-se, portanto, de recurso de apelação de sentença que julgou improcedente o pedido do autor.

2. Merece guarida, em parte, a irresignação da parte autora.

3. A questão diz respeito a benefício de pensão por morte temporária em decorrência de morte de servidor federal ocorrida em 16.10.1991. (fl. 56).

4. No caso em testilha, a prescrição não atinge o fundo de direito. Por se tratar de prestação de trato sucessivo, estariam prescritas somente as parcelas anteriores a cinco anos da propositura da ação. Senão, confira-se a Súmula nº. 85 do STJ: Nas relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação.

5. Da leitura da Súmula transcrita, observo que subsistindo o próprio direito de fundo, a inércia do titular macula com a prescrição somente as prestações anteriores ao quinquênio que precede à propositura da ação.

(...)

7. Nesse passo, inexistente óbice legal ao pedido postulado na exordial, uma vez que não houve a chamada prescrição do fundo de direito.

8. No que toca ao pedido de tutela requerido pela parte autora, deve ser indeferido.

Não restou comprovado no bojo dos autos originários que a invalidez do autor é preexistente à data do óbito do instituidor da pensão, tanto é que o pedido do apelante foi indeferido na esfera administrativa, fato que enfraquece a verossimilhança das alegações sustentada em suas razões recursais. Assim, não há de se considerar plausível o pedido autoral, ante a necessidade de dilação probatória, mormente a realização de perícia médica.

9. Na hipótese, a sentença deve, portanto, ser anulada e, ante a impossibilidade da análise do mérito, nos termos do § 3º do art. 515 do Código de Processo Civil, tendo em vista a ausência de realização de perícia médica, deve os autos retornarem ao Juízo de origem para o regular processamento e julgamento do feito, inclusive para verificar a existência de eventuais beneficiários

Superior Tribunal de Justiça

da referida pensão.

10. Em face do exposto, dou parcial provimento à apelação, para afastar a prescrição do fundo do direito, por conseguinte, anular a sentença e determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para o regular processamento e julgamento do feito. (...)' (fls. 369/374e).

Com efeito, a Corte Especial firmou o entendimento de que, em se tratando de ação em que se busca o recebimento de pensão por morte, o prazo prescricional inicia-se com o óbito do instituidor do benefício, ainda que inexistisse pedido administrativo prévio e, outrossim, que tal direito não tenha sido expressamente negado pela Administração, afastando-se, por via de consequência, a Súmula 85/STJ. **No entanto, do que se infere do acórdão recorrido, para a solução da lide, há a necessidade de produção da prova pericial. Daí porque foi determinado o retorno dos autos ao Juízo de origem para o regular processamento e julgamento do feito, inclusive para verificar a existência de eventuais beneficiários da referida pensão.**

Dessa forma, o acórdão recorrido, deve ser mantido e realizadas as providências requeridas.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 539/542e. Com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao Recurso Especial" (fls. 652/665e)

Alega a parte embargante que:

"Através da decisão datada de 01 de fevereiro do corrente ano, V.Exa. reconsiderou a v. decisão que havia dado provimento ao Recurso Especial e negou provimento ao Recurso Especial interposto pela União, restabelecendo o v. acórdão do egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, determinando a baixa dos autos ao primeiro grau, para o regular trâmite da demanda, mas deverá ser aclarada a questão, para que não haja mais dúvida, **in casu**, acerca da inexistência de prescrição e prevalência do disposto no artigo 219, da Lei nº 8.112/90, do verbete da Súmula 85, desta Superior Corte de Justiça e da Súmula 443, do Supremo Tribunal Federal.

03 - Para que não parem mais dúvidas acerca da inexistência de prescrição, in casu, vez que as decisões da excelsa Corte Especial diziam respeito expressamente a SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, interpõe os presentes aclaratórios, uma vez que com

Superior Tribunal de Justiça

relação ao caso dos autos, prevalece o disposto no artigo 219, da Lei nº 8.112/90, o verbete da Súmula 85, desta Superior Corte de Justiça e da Súmula 443, do Supremo Tribunal Federal sobre a questão, pois diz respeito a PEDIDO DE RESTAURAÇÃO DE PENSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL, QUE TEM REGRA PRÓPRIA ACERCA DA PRESCRIÇÃO, ESTABELECIDA NO ARTIGO 219, DA LEI Nº 8.112/90:

'Art. 219. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão-somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos'.

04 - Merecem ser aclarados estes pontos, para que não permaneça obscuridade, contradição e ou mesmo omissão, pois a questão dos autos diz respeito à pensão de servidor público federal e não estadual, existindo regramento próprio, acerca do prazo prescricional na legislação de regência, que é o artigo 219, da Lei nº 8.112/90, sendo que o benefício torna-se passível de ser requerido a qualquer tempo. De se observar que o regramento do Dec. 20.910/32 é de natureza genérica, em contrapartida à Lei nº 8.112/90 que, no aparente conflito entre as legislações, se revela especial. Portanto, pelo princípio da especialidade (*lex specialis derogat generalis*), deve prevalecer a norma especial.

05 - Do próprio Superior Tribunal de Justiça merecem ser trazidos à colação, para demonstrar que **in casu** deve prevalecer a regra especial do artigo 219, da Lei nº 8.112/90, verbis:

(...)

E os dois precedentes citados na decisão, agora reconsiderada, que dava provimento ao presente Recurso Especial, diziam respeito a servidores estaduais, o que não é o caso dos autos, devendo, com todas as vênias, ser aplicado o verbete da Súmula 85/STJ e artigo 219, da Lei nº 8.112/90. Os precedentes, que não se adequam à situação dos autos, por se tratarem de PEDIDO DE PENSÃO DE SERVIDORES ESTADUAIS, DO ESTADO DO PARANÁ E DO ESTADO DE MINAS GERAIS, são os seguintes, verbis:

(...)

Mesmo tendo ocorrido a reconsideração da decisão, a questão merece ser aclarada, para que não paire mais dúvidas perante o Juízo de Primeiro Grau e perante a egrégia Corte Regional Federal da Primeira Região, vez que existe Lei Federal própria, no caso de pedido de pensão de servidor público federal, que é o artigo 219, da Lei nº 8.112/90 e não foram citados quaisquer precedentes da Corte Especial desta Excelsa Corte negando a aplicação do artigo 219, da Lei nº

Superior Tribunal de Justiça

8.112/90 ou negando sua vigência e eficácia.

08 - Espera sejam conhecidos e providos os presentes Embargos de Declaração, pois o caso em análise é de PENSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL, QUE TINHA VÍNCULO FUNCIONAL COM A CÂMARA DOS DEPUTADOS, sendo regida a questão, pelo artigo 219, da Lei nº 8.112/90, tendo plena aplicação da Súmula 85/STJ e da Súmula 443, do Supremo Tribunal Federal, vez que as decisões da Corte Especial diziam respeito, expressamente, a SERVIDORES ESTADUAIS, aos quais não se aplica o texto expresso do artigo 219, da Lei nº 8.112/90, que prescreve:

(...)

Analisando casos similares, sobre a aplicação das regras específicas da Lei nº 8.112/90, recentemente o Superior Tribunal de Justiça, decidiu pelo direito à pensão, nos autos do RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.735 - PE (2015/0221959-9), sendo Relator o Ministro SÉRGIO KUKINA e no RECURSO ESPECIAL nº 1.475.388 - PB (2014/0211240-4) - Documento: 43295626 Despacho / Decisão - DJe: 03/02/2015 - Relator Ministro HUMBERTO MARTINS e RECURSO ESPECIAL Nº 1.476.985 - PE (2014/0218261-9) - Documento: 38450158 - Despacho / Decisão - DJe: 16/09/2014 - Relator Ministro HUMBERTO MARTINS.

10 - No que diz respeito à prescrição, com relação aos servidores públicos federais, regidos pela Lei nº 8.112/90, ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmaram compreensão de que se cuidando de obrigação de trato sucessivo e não havendo manifestação expressa da Administração Pública negando o direito pleiteado, não ocorre a prescrição do fundo de direito, mas tão-somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação (enunciado nº 85 da Súmula do STJ e da Súmula 443, do Supremo Tribunal Federal) e com todas as vênias, as decisões da excelsa Corte Especial diziam respeito, expressamente, a servidores públicos estaduais.

11 - Nos termos dos incisos I e II, do artigo 1.022, do Código de Processo Civil, requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos de Declaração, tendo em vista a necessidade de se deixar clara e incontroversa a ausência de PRESCRIÇÃO, pois a discussão travada nos presentes autos, DIZ RESPEITO A PENSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL, para os quais prevalece o teor do artigo 219, da Lei nº 8.112/90 e a firme orientação da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça, que seguiu o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão, sedimentado no verbete da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula 443, verbis:
(...) (fls. 669/676e).

Por fim requer, "sejam conhecidos e providos os presentes Embargos de Declaração, para que não parem mais dúvidas acerca da inexistência de prescrição **in casu**, vez que as decisões da excelsa Corte Especial diziam respeito, explicitamente, a SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, sendo necessária a interposição dos presentes aclaratórios, uma vez que com relação ao caso dos autos, deve ser expressamente esclarecido que prevalece o artigo 219, da Lei nº 8.112/90, o verbete da Súmula 85, desta Superior Corte de Justiça e da Súmula 443, do Supremo Tribunal Federal sobre a questão, pois os autos dizem respeito a PEDIDO DE RESTAURAÇÃO DE PENSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL, QUE TEM REGRA PRÓPRIA ACERCA DA PRESCRIÇÃO, ESTABELECIDA NO ARTIGO 219, DA LEI Nº 8.112/90" (fl. 676e).

Impugnação da UNIÃO, a fls. 707/708e.

Com razão a embargante.

De início, é de se registrar que, seja à luz do art. 535 do CPC/73, ou nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Observa-se que a pensão temporária por morte, referente ao óbito de servidor público federal, ocorrido em 16/10/91, foi paga até o autor completar 21 anos em 18/12/99, tendo sua genitora pedido administrativamente o restabelecimento do benefício em 24/03/2009 – por outro fundamento, ao argumento de invalidez do seu filho, preexistente ao óbito do pai –, o que só então restou indeferido pela Administração (fl. 64e), ensejando a propositura da ação em 30/09/2009.

No tema, "conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, no caso de pensão de servidor público federal, estão sujeitas à prescrição apenas as parcelas vencidas antes do quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 219 da Lei 8.112/90. Precedentes: AgRg no REsp 1.075.094/MG, 5ª T., Min. Adilson Vieira Macabu (Desembargador Convocado do TJ/RJ), Dje 28/02/2011; REsp 925.452/PE, 5ª T., Min. Laurita Vaz, DJe 08/09/2009" (AgRg no REsp 1.384.116/PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, Dje de 13/08/2013), razão pela qual deve, de fato, ser mantido o acórdão recorrido.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO ESTATUTÁRIA POR MORTE. ART. 219 DA LEI 8.112/1990. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO REFERENTE AO PRÓPRIO

FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO AJUIZADA ANTES DE DECORRIDOS CINCO ANOS DO INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO NA VIA ADMINISTRATIVA.

INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. 1. Cuida-se de inconformismo contra acórdão do Tribunal de origem, que entendeu que não haveria prescrição do fundo de direito, pois no caso o prazo iniciou-se com o indeferimento administrativo da pretensão, sendo interrompido pela propositura da ação judicial. 2. A jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido de que, nas relações de trato sucessivo, a regra é a prescrição quinquenal de parcelas, ressalvada a hipótese em que a Administração houver negado o próprio direito reclamado.

Confira-se, por oportuno, a Súmula 85/STJ, in verbis: Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação".

3. Nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/1932 e da Súmula 85/STJ, para que se dê início ao prazo prescricional, deve haver por parte da Administração a negativa do próprio direito pleiteado; do contrário, estarão prescritas apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu o pedido.

4. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.717.725/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/08/2018).

"CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE ESTATUTÁRIA. ART. 219 DA LEI 8.112/90. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. **ACTIO NATA.** RENOVAÇÃO DO PEDIDO ANTERIORMENTE NEGADO, PELA ADMINISTRAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Nos termos da Súmula 85/STJ, "nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação".

II. Na forma da jurisprudência, "a eventual demora na solicitação do pagamento de pensão por morte estatutária acarreta, em princípio, apenas a perda, por força da prescrição, das parcelas cujo vencimento tenha ocorrido mais de cinco anos antes da apresentação do pedido de

Superior Tribunal de Justiça

pensionamento, decorrendo tal compreensão do fato de que, ordinariamente, benefícios dessa natureza podem ser requeridos a qualquer tempo, conforme prevê, por exemplo, o art. 219, caput, da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico aplicável aos servidores públicos federais. Indeferido, na via administrativa, o pedido de pensão estatutária, o interessado deve submeter a sua postulação ao Poder Judiciário no prazo de cinco anos, contados da data do indeferimento administrativo, sob pena de ver fulminada, pela prescrição, a pretensão referente ao próprio fundo de direito" (STJ, AgRg no REsp 1.164.224/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe de 08/06/2012).

III. "O indeferimento do pedido administrativo formulado para a obtenção de direito abstratamente previsto em lei constitui o termo a quo para a contagem do prazo prescricional a que se refere o art. 1º do Dec. nº 20.910/32" (AgRg no REsp 971.931/PI, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 10/11/08)" (STJ, AgRg no Ag 1.389.093/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/04/2011).

IV. A mera reiteração de pedido administrativo anteriormente indeferido, pela Administração, não tem o condão de novamente suspender o prazo prescricional já iniciado. Nesse sentido, mutatis mutandis: STJ, AgRg no Ag 1.301.925/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/09/2010.

V. Caso concreto em que a agravante formulou pedido administrativo, objetivando o recebimento da pensão estatutária, sendo o pedido indeferido, em 19/10/98, com ciência da interessada, em 01/02/2001.

A agravante reiterou o pedido anterior, o qual também foi indeferido, pela Administração, em 13/05/2005, ajuizando ela a presente ação, em 10/03/2006, quando já condenada a prescrição do direito de ação. Considerando-se que o segundo pedido administrativo, formulado pela agravante foi mera reprodução do pedido anterior, não tem ele o condão de novamente suspender o prazo prescricional, de sorte que, ajuizada a ação em 10/03/2006, mais de 5 (cinco) anos após a agravante ter tomado ciência, em 01/02/2001, do indeferimento do primeiro pedido administrativo, é de rigor o reconhecimento da prescrição do direito de ação.

VI. Agravo Regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1359037/PB, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 16/04/2015)

Ante o exposto, acolho os Embargos de Declaração, sem efeitos infringentes,

Superior Tribunal de Justiça

apenas para sanar o vício indicado.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora

